



# PPPD - POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

EDIÇÃO INICIAL – Jan/24

ÍNDICE

<b>1. OBJETIVO</b> .....	3
<b>2. ABRANGÊNCIA</b> .....	3
<b>3. DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	3
3.1. Finalidade e Fundamento Jurídico .....	3
3.2. Transparência .....	3
3.3. Adequação, necessidade e Qualidade .....	4
3.4. Relações com Terceiros .....	4
3.5. Ciclo de Vida dos Dados Pessoais.....	4
3.6. Transferência Internacional de Dados Pessoais .....	5
3.7. Hierarquização de Acessos .....	5
3.8. Contratos e Serviços.....	5
3.9. Segurança da Informação .....	6
3.10. DPO – Encarregado De Proteção de Dados .....	6
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	6
<b>5. HISTÓRICO DE REVISÕES</b> .....	7

## 1. OBJETIVO

- Implementar diretrizes para o tratamento de dados pessoais que devem ser incondicionalmente seguidas por qualquer pessoa relacionada, seja colaborador ou prestador de serviço, com a Empresa.
- Incentivar o uso das melhores práticas de proteção de dados, a fim de atender às expectativas regulatórias estabelecidas com o advento da LGPD.

## 2. ABRANGÊNCIA

A Espas Brasil trata seus dados pessoais em conformidade com as atividades dispostas em seu objeto social, por meio de processos adequados à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) – e que seguem as melhores práticas.

A Política de Privacidade e Proteção de Dados é aplicável a todos que, de alguma forma, realizam tratamento de dados pessoais em nome da Espas, seja na posição de colaborador, parceiro comercial, fornecedor, representante, entre outras funções que possuam acesso a serviços, informações, sistemas e recursos. Logo, é aplicável a todas as áreas.

## 3. DISPOSIÇÕES GERAIS

### 3.1. FINALIDADE E FUNDAMENTO JURÍDICO

Os dados pessoais de colaboradores, representantes e prestadores de serviço só serão utilizados para dar suporte às operações da Empresa e administrar programas de remuneração, benefícios, recursos humanos ou, ainda, quando for necessário para cumprimento de obrigações legais.

Excepcionalmente, será necessária a obtenção de consentimento dos referidos titulares para tratamento de dados com finalidade diferente daquelas descritas nesta Política.

Todo e qualquer tratamento de dados pessoais na Empresa ou em favor da Espas deverá contar com uma finalidade legítima, específica e amparada em pelo menos uma das hipóteses legais previstas na LGPD, sendo que nenhum dado pessoal deverá ser tratado para finalidade diversa daquela informada ao seu titular.

Todo e qualquer novo processo, atividade ou operação do Zaffari que envolva o tratamento de dados pessoais deverá ser reportado por escrito ao Encarregado, o qual poderá formular recomendações de ajuste de conformidade.

### 3.2. TRANSPARÊNCIA

O titular deverá ser adequadamente informado sobre o tratamento de seus dados pessoais. Nos casos em que for necessário o compartilhamento de dados pessoais com outras empresas, o Zaffari garantirá a disponibilização, quando solicitado pelos titulares, de informações claras sobre este compartilhamento, incluindo qual a sua finalidade.

### 3.3. ADEQUAÇÃO, NECESSIDADE E QUALIDADE

Toda e qualquer Operação de Tratamento de Dados Pessoais deverá estar balizada pelo princípio da necessidade e se realizar da forma menos invasiva possível ao titular. Ou seja, os dados pessoais coletados deverão ser adequados, respeitando a sua finalidade específica. Além disso, devem ser corretos, completos de acordo com o objetivo do tratamento e atualizados, conforme o caso.

### 3.4. RELAÇÕES COM TERCEIROS

Na contratação de terceiros, parceiros comerciais e/ou prestadores de serviço, deverão ser requeridos documentos e realizadas visitas técnicas, quando necessário, para fins de examinar a maturidade institucional da empresa/pessoa contratada no que se refere à proteção de dados pessoais.

Neste sentido, a preferência da contratação deverá ser para a empresa/pessoa que apresente uma maturidade institucional maior, sem pré-juízo do exame dos demais indicadores negociais.

### 3.5. CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

As diretrizes do tratamento e retenção de dados pessoais devem observar o que se chama de Ciclo de Vida do Tratamento de Dados Pessoais, conforme se expõe no esquema abaixo:

#### **I. Coleta (Nascimento)**

- a) Justificação para o tratamento de dados;
- b) Atendimento aos princípios trazidos em lei;
- c) Finalidade, necessidade e adequação;

#### **II. Tratamento**

- a) Cumprimento de obrigações de segurança;
- b) Atendimento a direitos do usuário;

#### **III. Exclusão**

- a) Necessária exclusão do dado pessoal, quando atendida a finalidade do tratamento, salvo guarda obrigatória por determinação legal.

Como regra, os dados pessoais possuem um ciclo de vida, desde a coleta até sua exclusão, e podem ser excluídos ou anonimizados. Exceto se seguir existindo obrigação legal ou regulatória de guarda ou, ainda, dever de transferência a terceiros.

Antes da exclusão dos dados, deverá ser analisado se estes não são necessários para outra Operação de Tratamento de Dados, devendo a exclusão ser validada junto ao Encarregado. Em qualquer cenário, deverão ser observados os prazos previstos em política específica intitulada “Política de Guarda de Dados”.

### 3.6. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

Excepcionalmente, os dados pessoais tratados poderão ser enviados para localidade fora do Brasil. Quando isso acontecer, a transferência deverá observar as bases legais estabelecidas no art. 33 da Lei Geral de Proteção de Dados, com a certificação que os destinatários de suas informações possuam um nível adequado de proteção destas.

### 3.7. HIERARQUIZAÇÃO DE ACESSOS

O acesso aos dados pessoais coletados será restrito aos colaboradores autorizados e que necessitem realizar o tratamento desses dados para o desempenho de suas funções na Empresa. Os colaboradores que utilizarem as informações coletadas de forma indevida ou inadequada, em descumprimento à Política de Privacidade e Proteção de Dados, estarão sujeitos às consequências de um processo disciplinar.

O armazenamento das informações coletadas de usuários, sejam elas fornecidas pelo próprio usuário ou automaticamente obtidas pelos sistemas eletrônicos da Espas, deverá observar todos os padrões de segurança necessários para a preservação da confidencialidade e integridade dos dados pessoais.

Todos os dados pessoais que são transmitidos por meio de sistemas eletrônicos deverão obedecer a uma conexão segura, utilizando ferramentas adequadas. Os dados referentes as senhas e assinaturas eletrônicas dos usuários deverão ser armazenados na base de dados da Espas e criptografados por algoritmos que garantam um nível alto de segurança.

### 3.8. CONTRATOS E SERVIÇOS

Previamente à pactuação de qualquer contratação com terceiros, a Espas deverá exigir que todos os stakeholders envolvidos:

Tenham efetuado o mapeamento de todas as suas operações de tratamento de dados, garantindo que nenhum dado pessoal seja tratado à míngua do devido enquadramento em pelo menos uma das hipóteses legais previstas nos artigos 7º ou 11º da LGPD e do respeito aos princípios norteadores do artigo 6º, da LGPD;

Possuam meios aptos para receber e atender, de forma adequada, petições e/ou comunicações dos titulares de dados pessoais;

- Adotem as melhores práticas para garantir a segurança dos dados pessoais tratados;
- Tenham nomeado um Encarregado do tratamento de dados pessoais;
- Possuam Plano de Prevenção e Resposta a Incidentes com vazamento de dados.

As condições acima poderão ser comprovadas mediante o fornecimento de documentos e/ou por intermédio da realização de visitas técnicas, quando necessário, para fins de examinar-se a maturidade institucional da empresa/pessoa contratada no que se refira à proteção de dados pessoais.

Sem prejuízo do exame de indicadores negociais e de risco, em qualquer contratação com terceiros, a Espas deverá dar preferência para empresas/pessoas que apresentem maior maturidade institucional no que se refira à proteção de dados.

### 3.9. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Espas deverá constantemente buscar a adoção das melhores práticas em tecnologia e segurança da informação, visando garantir a proteção e a prevenção do dado pessoal. Isto inclui medidas de segurança técnicas e organizacionais para proteger os dados pessoais contra acesso não autorizado, manipulação acidental ou intencional, perda e destruição.

Para maiores informações a PSI – Política de Segurança da Informação é divulgada internamente e nos canais oficiais da Espas Brasil

### 3.10. DPO – ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Espas deverá informar em sua página oficial na Internet o nome e os meios de contato do seu Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, ao qual caberá:

- Receber requerimentos, reclamações e comunicações em geral dos titulares de dados pessoais;
- Ser ponto de contato com as autoridades fiscalizatórias;
- Coordenar a elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) para averiguar o risco no uso de dados pessoais e a conformidade regulatória da Empresa, especialmente no desenvolvimento de novos produtos, serviços e práticas;
- Realizar auditorias internas e proativamente estabelecer estratégias de compliance e prevenção de riscos envolvendo dados pessoais;
- Orientar e treinar os colaboradores da Empresa a respeito das melhores práticas de proteção de dados pessoais;
- Coordenar as medidas de resposta a incidentes com vazamento ou furto de dados pessoais, incluindo o reporte às autoridades ou aos titulares respectivos;
- Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares, priorizando o monitoramento e a adequação da Empresa às exigências e à conformidade legal.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa Política de Privacidade e Proteção de Dados também poderá ser acessada no endereço eletrônico:

<https://espas.com.br/espas-brasil/politicas-espas/>

Dúvidas, esclarecimentos e suporte:

[dpo@espas.com.br](mailto:dpo@espas.com.br) - Julio Bernardes - (15) 3032-9860

## 5. HISTÓRICO DE REVISÕES

Revisão	Descrição	Responsável - Data
00	Elaboração do documento	Alexandre Antunes 02/01/2024